

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMO NO CENÁRIO DA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

*Roberto Luiz SILVA**

RESUMO

O presente artigo pretende abordar o tema “globalização e regionalismo” dentro da perspectiva da Nova Ordem Internacional e dos reflexos apresentados no âmbito político, econômico e comercial.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Regionalismo. Nova Ordem Internacional.

SUMÁRIO: 1. A Nova Ordem Internacional. 2. Globalização e Regionalismo. 3. Considerações Finais.

1. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL – NOI

Como já enunciado em diversas obras anteriores¹, acredito que a chamada *Nova Ordem Internacional* – *NOI* surgiu paulatinamente,

* Professor Associado de Direito Internacional na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Coordenador dos Projetos de Extensão: Grupo de Estudos em Direito Internacional – GEDI/UFMG; e, Centro de Estudos do Brasil e a Organização Mundial do Comércio – CEB/OMC – UFMG. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. <http://rlsnet.uol.sites.com.br>, Pós-Doutor em América Latina (The University of Texas at Austin), Doutor em Direito ((UFMG), LL.M. em Direito Econômico Alemão e Comunitário Europeu (Universität zu Köln), Especialista em Direito internacional (UNITAR – ONU).

¹ Vide: SILVA, Roberto Luiz, *Direito Internacional Público*, 3. Ed. Del Rey, 2007; SILVA, Roberto Luiz. *Direito econômico internacional e direito comunitário*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995; SILVA, Roberto Luiz. *Direito comunitário e da integração*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

a partir de 1989, com a superação do modelo bipolar de confronto ideológico (capitalismo x socialismo) e a instauração progressiva de um “novo sistema internacional”², assumindo, segundo nosso entendimento, três vertentes: a política, a econômica e a do comércio internacional.

A Nova Ordem Política é marcada por uma série de sucessivos eventos que alteraram significativamente o balanço de poderes pós-Segunda Guerra Mundial.

Tais eventos vão desde a queda do Muro de Berlim, em 09.11.1989, fator decisivo para o fim da hegemonia de um dos pólos do poder, o soviético, a unificação da Alemanha em 03.10.1990 e, mais importante, a integração da ex-Alemanha Oriental ao movimento de unificação européia, fato que, por si só, já delineava um dos focos de concentração de poder: a União Européia; até a atual “crise político-institucional” pela qual está a passar, fruto de um alargamento sucessivo e desigual³, passando pela implosão do bloco soviético⁴,

² Apesar da utilização dessa terminologia, a maior parte dos historiadores insistem em afirmar que muito pouco efetivamente mudou: os Estados Unidos continuam poderosos; a Europa continua seu caminho integracionista; a divisão Norte-Sul não desapareceu; e as guerras continuam a arruinar as paisagens. Até mesmo as organizações internacionais que dominam os assuntos globais são praticamente as mesmas (OTAN, FMI, Banco Mundial, etc.). Vide COX, Michael. *International History since 1989*. In: ___ BAYLIS, John; SMITH, Steve. *The Globalization of world politics*. 2nd ed., p. 110 et seq.

³ Desde a década de 90, a União Européia passa por um alargamento que a leva de um status de 12 Estados-membros (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido) para 15 (com a entrada de Áustria, Finlândia e Suécia), depois 25 (Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia e República Tcheca) e, por fim, com 27 (com a adesão de Bulgária e Romênia), o que torna o processo político de integração européia algo tão complexo e truncado que, a recente rejeição por parte da Irlanda e Polónia ao Tratado de Lisboa chega a colocar em xeque a própria existência do Bloco de Integração, como foi delineado, com tanto sucesso, até este momento.

⁴ Que iniciou-se com o governo de Gorbachov, quando este anunciou que não mais interferiria nos Estados do Pacto de Varsóvia, fato culminou com a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, substituída pela Comunidade dos Estados Independentes – CEI, composta de algumas das antigas repúblicas soviéticas, sob a tutela da Rússia.

o retorno de Hong Kong ao domínio chinês⁵, a crise dos chamados “tigres asiáticos”⁶, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001⁷ (seguidos dos ataques ao Afeganistão e invasão do Iraque⁸), de 11 de

⁵ Em verdade, foi a China que declarou unilateralmente sua intenção de reassumir a soberania sobre Hong Kong a partir daquela data. Para um estudo mais aprofundado sobre os contornos jurídicos de tal ato, *vide* artigo de Peter Slinn, intitulado *Aspects juridiques du retour à la Chine de Hong Kong*, publicado no *Annuaire Français de Droit International*, XLII, 1996, p. 273-295. Posteriormente, em 19 de dezembro de 1999, temos o retorno de Macau, a última colônia européia na Ásia, para a China. Tais fatos assumiram significado incontestável não só por estabelecer uma situação inversa à da unificação alemã, ou seja, o “retorno” de territórios coloniais britânico e português, com significativa importância para o mundo capitalista, para o domínio de um Estado comunista, mas principalmente pelas conseqüências político-econômicas que dele advieram.

⁶ Quando a recessão japonesa expõe a fragilidade dos sistemas financeiro e bancário na Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Cingapura, Tailândia, Indonésia, Malásia e Hong Kong, o que provoca um ataque especulativo que se alastra em velocidade nunca antes vista. Isso os obriga a desvalorizar maciçamente suas moedas, o que gera uma onda de desconfiança internacional por parte dos investidores. As principais bolsas de valores do mundo registram baixas históricas e os investimentos são cancelados principalmente em países emergentes, como a Rússia e o Brasil, num primeiro momento, seguindo-se Argentina, Turquia e outros Estados considerados “emergentes”.

⁷ No primeiro ano de gestão de George W. Bush. Em março, os EUA anunciam que não vão ratificar o Protocolo de Kyoto, um tratado internacional que visa conter o aquecimento da Terra. Em 11 de junho, Timothy McVeigh, responsável pelo maior assassinato em massa, até então, ocorrido em território americano, é morto por injeção letal, na prisão federal de Terre Haute, em Indiana, sendo sua execução transmitida por estações de TV e acompanhada por jornalista e parentes das vítimas. Exatamente três meses depois, em 11 de setembro, os EUA sofrem, no próprio território, o mais grave atentado terrorista de todos os tempos: a destruição das torres gêmeas do World Trade Center (WTC), em Nova York, o segundo maior edifício do país, e de uma das alas do Pentágono, o quartel-general das Forças Armadas, em Washington D.C., por extremistas muçulmanos que seqüestram aviões comerciais norte-americanos e os utilizam como mísseis em atentados suicidas. Os ataques são atribuídos à organização terrorista Al-Qaeda (“a base”, em árabe), liderada pelo saudita Osama bin Laden. O presidente norte-americano qualifica, então, os ataques como “atos de guerra” e promete punir os responsáveis e os governos que colaborarem com eles, dando origem à chamada “Doutrina Bush”.

⁸ Sob a alegação de Saddam Hussein esconder armas de destruição e financiar terroristas, os EUA iniciam, em 2003, intensos ataques ao Iraque. Batizada pelos EUA de “Operação Liberdade do Iraque” e por Saddam de “A Última Batalha”, a guerra começa com o apoio apenas da Grã-Bretanha, sem o endosso da ONU e sob protestos de manifestantes e de governos no mundo inteiro. Com a derrubada

março de 2004⁹, e 9 de julho de 2005¹⁰ - atentados estes que levam a “marca” da Al-Qaeda¹¹, pela ascensão, no cenário internacional, de governos nacionalistas do Terceiro Mundo que, financiados pelo alto preço do barril de petróleo, não só oferecem “ajuda” aos países mais pobres para enfrentar o domínio de empresas transnacionais e interesses externos sobre suas atividades econômicas, como no caso da Venezuela em relação à expropriação da exploração do gás boliviano¹², mas ainda “enfrentam” os países belicamente mais poderosos e até mesmo a ONU, como no caso do Irã e seu programa de desenvolvimento de tecnologia nuclear¹³. Por fim, com um PIB de 1,9 trilhão de dólares,

do regime, outros Estados se aliam à empreitada, mais interessados em ter acesso aos “incentivos” gerados pela necessidade de reconstruir o país do que, efetivamente, em instaurar uma democracia, segundo padrões ocidentais.

⁹ Em 11 de março de 2004, temos os atentados terroristas a três estações de trem em Madrid, deixando mais de 190 mortos e levando à derrota o Partido Popular como reação da população civil à divulgação precipitada do governo espanhol, de nota responsabilizando o grupo separatista basco ETA por tais atos.

¹⁰ Ocorrido em Londres, destruindo um ônibus em Tavistock Square e trens do metrô: Aldgate, Edgware Road, King's Cross, Old Street e Russell Square.

¹¹ Não só em função da natureza (explosões em meios de transporte de grandes metrópoles) e sua justificativa (ideais islâmicos), mas ainda pela forma como é reivindicada sua autoria: por meio de grupos islâmicos pouco conhecidos ligados à rede Al-Qaeda, que publicam comunicados em *websites*, onde assumem a responsabilidade pelos atentados. Tais militantes, leais a Osama bin Laden (chefe da rede Al-Qaeda), foram responsáveis pelos ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA e pelos atentados de Bali e Madri.

¹² É interessante ressaltar que, em 2006, tivemos 11 eleições presidenciais na América Latina, boa parte delas com ingerência direta do presidente venezuelano. Com isso, acredita-se que o principal risco político para a América Latina está no ressurgimento de quatro paradigmas que, no passado, serviram de obstáculo ao desenvolvimento: o populismo, uma vez que a partir de Chávez retomou a velha tradição do político centralizador que cativa os pobres com promessas de soluções milagrosas para problemas complexos; o militarismo, Chávez é egresso dos quartéis e, embora se apresente como civil, tende a ver o uso da força como uma alternativa legítima para conquistar e manter o poder; as ideologias revolucionárias, que ganham nova roupagem com o nacionalismo e o movimento indianista, onde se encaixa o presidente boliviano Evo Morales; e o modelo de economia fechada e estatizante.

¹³ As conseqüências do desenvolvimento da tecnologia nuclear, comandada pelo presidente Mahmoud Ahmadinejad, o mesmo que diz que o holocausto é uma mentira dos judeus e clama pela destruição de Israel, são imprevisíveis. O Governo do Irã sustenta que seus esforços são modestos e pacíficos, uma vez que, oficialmente, o

a China torna-se a quarta economia do mundo, superada apenas pelos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Todavia, questões ligadas à liberdade de expressão e democracia, as debilidades inerentes à economia chinesa, o sistema financeiro de alta vulnerabilidade torna tal modelo de crescimento altamente questionável no tocante a sua sustentabilidade¹⁴.

Assim sendo, reacenderam-se as questões étnicas não só nas ex-repúblicas socialistas, como no caso da Guerra na Bósnia-Herzegovina, mas também em diversos Estados da Europa Ocidental, em decorrência da unificação européia, como o caso dos valões na Bélgica e dos escoceses no Reino Unido, que tem levado a fluxos migratórios difíceis de ser controlados por esta Organização Internacional.

A Nova Ordem Econômica caracteriza-se pelo recrudescimento do fenômeno da globalização. Luiz Roberto Lopez faz uma análise interessante do fenômeno da globalização, que, segundo suas palavras, implica na uniformização de padrões econômicos e culturais em âmbito mundial, tendo suas origens no renascimento e nas grandes

urânio será enriquecido apenas 5%, potência suficiente para acionar usinas geradoras de energia elétrica, mas bem abaixo dos 90% exigidos para armar uma bomba. A questão está no fato de que a tecnologia empregada em ambos os casos é a mesma, todavia, com a quarta maior produção de petróleo do mundo, os iranianos confiam que os países industrializados vão relutar em aprovar sanções comerciais contra eles, temendo uma alta generalizada no preço dos combustíveis. Com isso, o presidente iraniano, contrariando um ultimato do Conselho de Segurança da ONU, insistiu em avançar em um programa nuclear com fins obscuros e mantê-lo longe dos olhos dos inspetores internacionais.

¹⁴ Estados Unidos e China criaram uma interessante simbiose entre um intenso comércio bilateral e uma aliança financeira singular: quase todo o dinheiro que os americanos gastam comprando artigos chineses volta ao país quando o governo chinês adquire títulos do Tesouro americano. A importância da China é também capital para as outras duas potências econômicas, Japão e Alemanha, segunda e terceira economias do mundo. A fabulosa máquina exportadora alemã tem na China o seu maior comprador. Quanto ao Japão, boa parte da recuperação de sua economia, estagnada por mais de uma década, se deve ao fenômeno chinês. Finalmente, os produtos chineses de baixo preço são um dos fatores que explicam a inflação controlada de boa parte dos países do Ocidente □ desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes. Pela extensão de seu território, pelo tamanho de sua população e pela sua capacidade de alterar a geopolítica do planeta, o milagre chinês guarda muitas semelhanças com o surgimento do império americano, entre fins do século XIX e início do XX.

navegações¹⁵. Ao longo do século XX, a globalização do capital foi conduzindo a globalização da informação e dos padrões culturais e de consumo. Ao entrarmos nos anos 80/90, o Capitalismo, definitivamente hegemônico com a ruína do chamado “socialismo real”, ingressou na etapa de sua total euforia triunfalista, sob o rótulo de “neoliberalismo”. Tais são os nossos tempos de palavras perfumadas: reengenharia, privatização, economia de mercado, modernidade e – metáfora do imperialismo – globalização. A informação mundializada de nossos dias não é exatamente troca: é a sutil imposição da hegemonia ideológica das elites. Cria a aparência de semelhança num mundo heterogêneo – em qualquer lugar, vemos o mesmo McDonald’s, o mesmo Ford Motors, a mesma Mitsubishi, a mesma Shell, a mesma Siemens, a mesma informação para fabricar os mesmos informados. É a massificação da informação na era do consumo seletivo. Via informação, as elites (por que não dizer: classes dominantes?) controlam os negócios, fixam regras civilizadas para suas competições e concorrências e vendem a imagem de um mundo anti-séptico, eficiente e envernizado. É a serviço do interesse de minorias que está a globalização da informação. Ela difunde modas e beneficia o consumo rápido do descartável, e o modismo frenético e desenfreado é imperativo às grandes empresas, nesta época pós-keynesiana, em que, ao consumo de massas, sucedeu a ênfase no consumo seletivo de bens descartáveis. Cumpre à informação globalizada vender a legitimidade de tudo isso, impondo padrões uniformes de cultura, valores e comportamentos, até no ser “diferente” (diferente na aparência para continuar igual no fundo)¹⁶.

¹⁵ A doutrina majoritária identifica como um processo que teve seu início no período dos grandes descobrimentos, no século XV. Com efeito, as expedições lideradas pelo navegador genovês Cristóvão Colombo e financiadas pelo Reino de Castilla y Aragón romperam, em 1492, o isolamento entre o “Velho” e o “Novo Mundo” e implicaram crescente contato entre os países então existentes, seguindo-se a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (1621), com o objetivo de eliminar a competição entre diferentes postos mercantis estabelecidos pelos mercadores, e a Companhia das Índias Orientais, criada pela Inglaterra a partir da fusão de diferentes sociedades, aspirantes ao monopólio do comércio com aquela parte do mundo, em uma única companhia, em 1702.

¹⁶ Vide <http://www.iis.com.br/~rboares/geo7.htm>, consultado em 25.03.2005.

A partir da formação dos blocos regionais, o multilateralismo passou a ser substituído por uma política comercial de liberalismo intrablocos e protecionismo interblocos, o que tem levado, como principal característica da *Nova Ordem Comercial*, a um constante clima de “guerras comerciais” quando esses blocos disputam novos mercados.

De certa forma, tais guerras comerciais têm sido arrefecidas a partir da atuação da Organização Mundial do Comércio – OMC. Tal entidade procura, por meio da realização de rodadas de negociação e da implementação de um mecanismo de solução de controvérsias mais eficaz do que o anteriormente existente no Acordo de Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT, estabelecer regras mais eficazes para o comércio internacional. Tal tarefa, todavia, não é das mais fáceis, haja vista o grande número de “alternativas” criadas pelos Estados para não cumprir integralmente suas decisões e o insucesso da Rodada de Doha.

A Rodada de Doha das negociações da OMC, que começou em novembro de 2001¹⁷ objetivava a adesão à Agenda de Desenvolvimento de Doha¹⁸ e a partir disso a negociação da abertura dos mercados agrícolas e industriais. A intenção declarada da rodada era tornar as regras de comércio mais livres para os países em desenvolvimento. Foi seguida das Conferências de Cancun (2003)¹⁹, Genebra (2004)²⁰,

¹⁷ Sendo a primeira rodada de negociações sob a Gestão da OMC, que deveria ser concluída até janeiro de 2005. É importante destacar que China e Formosa (Taiwan) foram aceitas como membros da OMC em dezembro desse mesmo ano e logo a seguir a Arábia Saudita, aumentando para 149 o número de partes-contratantes.

¹⁸ As negociações, formalmente chamadas de Agenda de Desenvolvimento de Doha, foram concentradas em quatro áreas principais: agricultura, produtos não agrícolas, serviços e facilitação do comércio.

¹⁹ Com o objetivo de “planejar um acordo concreto sobre os objetivos da Rodada de Doha”, tendo fracassado após quatro dias de discussão entre os países membros sobre subsídios agrícolas e acesso aos mercados e a posição do G20 (grupo de negociação liderado pelo G4: África do Sul, Brasil, China e Índia) ao rejeitarem em bloco um acordo que viam como plenamente desfavorável aos países em desenvolvimento.

²⁰ Que chegou a um esboço de acordo sobre a abertura do comércio global.

Paris (setembro de 2005)²¹, Hong Kong (dezembro de 2005)²² e, por fim, da suspensão das negociações em Genebra (julho de 2006), após o impasse criado pelos principais negociadores na tentativa de chegar a um acordo básico²³, em decorrência de um entrave na chamada “negociação triangular”, na qual se esperava queda de tarifas de importação de produtos agrícolas (União Européia), diminuição dos subsídios agrícolas (Estados Unidos) e redução dos impostos a bens industrializados (países em desenvolvimento).

Um dos exemplos mais significativos de tentativa de “contornar” a decisão de um Painel da OMC²⁴ deu-se com o embargo canadense à carne bovina e em conserva brasileira, em 2001, como “medida preventiva” contra a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), doença conhecida como vaca louca, medida imediatamente estendida aos demais países membros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA: EUA e México. Em verdade, o embargo canadense foi uma retaliação ao governo brasileiro em virtude da decisão envolvendo a venda de jatos comerciais, mais conhecida como Caso Embraer-Bombardier, tanto que bastou que o governo brasileiro recorresse à OMC, para a discussão de compensações para os países prejudicados comercialmente por causa de declarações precipitadas de autoridades sanitárias de outros países, para que as autoridades canadenses retirassem o veto à importação de carne brasileira.

²¹ Quando os negociadores procuraram atingir progressos tangíveis antes do próximo encontro da OMC, em Hong Kong.

²² Que se distinguiu das reuniões anteriores pela atuação ativa dos países em desenvolvimento, principalmente concentrados no G20, sob liderança ativa do Brasil e da Índia.

²³ Uma vez que o G6 – Austrália, Brasil, Estados Unidos, Índia, Japão e União Européia – não conseguiu acertar suas diferenças quanto à liberalização no setor agrícola, significando, na prática, que não seria possível chegar a um acordo final antes do fim de 2006, considerada a data-limite para as negociações pelos americanos, já que o mandato do presidente norte-americano para firmar pactos de livre comércio sem a necessidade de discutir ponto por ponto no Congresso, o chamado *fast track*, se encerra em julho de 2007.

²⁴ A criação de painéis constitui-se no principal mecanismo de solução de controvérsias da OMC.

Outro exemplo também envolvendo o Brasil, porém, agora, em sentido contrário, ou seja, no interesse de não submeter um litígio comercial à OMC, deu-se com a retirada, pelos EUA, também em 2001, da queixa apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a lei brasileira de patentes²⁵, que, inicialmente, era considerada pelas autoridades norte-americanas como violadora dos direitos de propriedade intelectual previstos por aquela Organização Internacional, mas que, caso fosse realmente constituído um painel, poderia levar a necessidade de quebra e posterior publicidade do conteúdo dos medicamentos, o que poderia, por fim, comprovar a tese de alguns Estados de que tais medicamentos utilizar-se-iam de substâncias de seu conhecimento tradicional e, dessa forma, não só revelar alguma informação que não fosse de interesse “comercial” norte-americano, mas ainda sujeitar as indústrias farmacêuticas ao pagamento de *royalties* pela utilização de tais substâncias²⁶.

Outra característica marcante da nova ordem do comércio Internacional é a crescente onda de fusões empresariais no intuito de fortalecer as empresas transnacionais na concorrência dentro de nichos estratégicos, como ocorrido, por exemplo, com duas empresas gigantes do setor da informática: a Hewlett-Packard – HP e a Compaq. Em 4 de setembro de 2001, a Compaq e a Hewlett-Packard (HP) anunciam a fusão das duas empresas de informática. A HP adquiriu a Compaq por cerca de 25 bilhões de dólares em ações. A nova companhia tornou-se, dessa forma, a maior fabricante de computadores do mundo, gerando uma receita anual de 87 bilhões de dólares. A associação tinha como

²⁵ A qual prevê, em consonância com o Acordo TRIPS – Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio – que, em casos de “emergência nacional” e de “interesse público” (art. 71 da Lei n. 9.279/96 – Código da Propriedade Intelectual), o país poderá fabricar remédios de laboratórios estrangeiros que não sejam feitos no Brasil por mais de três anos sem pagamento de patente. Os americanos “desistiram” da investigação junto a OMC desde que o Brasil se comprometesse a avisar com antecedência qualquer intenção de quebra de patente por meio da licença compulsória. Com isso, o país pode produzir, a preços reduzidos, os medicamentos que entram na composição do coquetel contra Aids.

²⁶ Tal postura refletiu-se na inclusão, na Rodada de Doha, de uma declaração de direito dos países-membros de quebrar patentes de medicamentos e conceder licenças para a produção de genéricos para proteger a saúde pública.

objetivo superar a *Dell Computer Corporation*, líder em vendas de computadores no planeta, e igualar, em tamanho, à IBM, o que foi motivado pela queda nas vendas e no valor dos títulos das duas empresas no mercado acionário, ou seja, para não quebrar, as empresas optaram pela fusão.

O cenário de fusões empresariais tem sido a tônica dos últimos anos, mesmo que, em alguns casos, a fusão não seja efetivamente implementada²⁷, a simples notícia de que ela está sendo negociada leva a necessidade de imediata reestruturação de suas concorrentes.

O perfil altamente concentrado também é uma característica da nova ordem do comércio internacional. Aproximadamente 2/3 do comércio internacional é realizado entre as matrizes e filiais das empresas transnacionais ou entre as próprias transnacionais. Em verdade, a liberalização comercial proposta pela OMC não está resultando no equilíbrio do comércio internacional, mas sim o concentrando ainda mais nos países desenvolvidos.

2. GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMO

Como vimos ao identificar uma vertente econômica na *Nova Ordem Internacional*, as *empresas transnacionais*²⁸ constituem o carro chefe da globalização. Essas empresas possuem atualmente um grau de liberdade inédito, que se manifesta na mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisições e fusões.

²⁷ Como a tentativa frustrada de fusão da siderúrgica anglo-holandesa Corus e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que daria o controle da CSN à Corus em 2002.

²⁸ Apesar de utilizada por grande parcela da Doutrina, o termo “Empresas Multinacionais” não possui o rigor jurídico-científico apresentado ao utilizar-se Empresas Transnacionais, uma vez que elas, sendo de caráter econômico, possuem uma matriz em determinado Estado e atividades produtivas em outros (os chamados “estados hospedeiros”), onde se instalam como indústria nacional, por exemplo, Ford do Brasil S.A. Já as empresas multinacionais são aquelas constituídas de capitais originários de diversos Estados, como é o caso da SAS – Scandinavian Air System – constituída por capital sueco, dinamarquês, norueguês e finlandês.

A globalização remove as barreiras à livre circulação do capital, que hoje se encontra em condições de definir estratégias globais para a sua acumulação. Essas estratégias são, na verdade, cada vez mais excludentes. O raio de ação das transnacionais concentra-se na órbita dos países desenvolvidos e de alguns poucos países periféricos que alcançaram certo estágio de desenvolvimento.

No entanto, o caráter setorial e diferenciado dessa inserção tem implicado, por um lado, na constituição de ilhas de excelência conectadas às empresas transnacionais e, por outro, na desindustrialização e o sucateamento de grande parte do parque industrial.

As estratégias globais das transnacionais estão sustentadas no aumento de produtividade possibilitado pelas novas tecnologias e métodos de gestão da produção. Tais estratégias envolvem igualmente investimentos externos diretos, realizados tanto por elas quanto pelos governos dos seus países de origem que vêm, na sua atuação, uma forma de extensão de sua soberania.

Tem-se, desta forma, uma internacionalização da economia, em que se destacam os seguintes aspectos:

- a) Comercial – a partir da homogeneização das estruturas de demanda e oferta por empresas que estabelecem contratos de terceirização com produtores locais e comercializam os produtos sob suas próprias marcas (ex: Nike, Nestlé, Wal-Mart, Carrefour);
- b) Produtivo – por meio do fenômeno da produção internacional de um bem para o qual concorrem diversas economias com diferentes insumos;
- c) Financeiro – com o aumento do fluxo de capitais, decorrente da automação bancária;
- d) Sociocultural – onde os mesmos instrumentos que permitem o aumento do fluxo de capitais (redes eletrônicas, televisão, satélites) constituem o atual sistema de comunicação, o que contribui para uma relativa homogeneização da cultura e dos padrões de comportamento nas sociedades;

- e) Tecnológico – pelo incremento quantitativo e qualitativo das redes mundiais de comunicação e informação (*internet*)²⁹.

Já autores do porte de Richard Falk ampliam o sentido do termo globalização, apresentando-o em diversas dimensões: globalização corporativa (*corporate globalization*), associada ao conceito apresentado anteriormente por Lopez e identificada com os ideais neoliberais do Consenso de Washington; globalização cívica (*civic globalization*), inicialmente identificada com os “movimentos antiglobalização”, como os protestos de Seattle e Gênova, mas que passa a apresentar um ponto de vista próprio acerca do futuro da Sociedade Internacional; globalização imperial (*imperial globalization*) relacionada aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e a reafirmação da questão da segurança, fundada em princípios religiosos e na posição bélico-unilateral norte-americana, como o principal aspecto das relações internacionais; e globalização regional (*regional globalization*), que leva em consideração tendências regionais, especialmente o fenômeno da União Européia³⁰.

Acreditamos que, em Direito Internacional e para efeitos de nova ordem econômica internacional, nosso entendimento de globalização se aproxima do de Lopez e do de Falk, quando este enuncia a globalização corporativa. Assim sendo, a partir de tais premissas, com a globalização, temos o fortalecimento das Empresas Transnacionais que contrapõem sua vontade à dos Estados-nação, por meio não só de sua capacidade de operar simultaneamente em diversos países, mas ainda com a sua crescente interação com a elite governamental.

Em resposta a esse fenômeno, temos o surgimento de blocos regionais por meio da integração dos Estados, na tentativa de fortalecer seu poder negociador dentro da sociedade internacional. Tais blocos podem ser econômicos, comerciais ou de produção.

²⁹ Vide http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/globalizacao_dh/dhglobal.html, consultado em 13 de agosto de 2008.

³⁰ Vide FALK, Richard A. *The Declining world order: america's imperial geopolitics*. New York: Routledge, 2004, p. vii-xi.

Os *blocos econômicos* caracterizam-se pela livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, com a elaboração de normas de caráter supranacional, uma vez que são aplicadas a todos os membros do bloco, sejam pessoas físicas ou jurídicas, independente de sua nacionalidade. Dessa forma, fortalece-se a economia dos Estados-membros e eles podem utilizar regras mais rigorosas para a atuação das Empresas Transnacionais intrabloco e entrada de produtos originários de terceiros países. Exemplo típico é o da União Européia – UE, sendo, também, esse o objetivo almejado pelo Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Os *blocos comerciais* caracterizam-se pela concessão de maiores vantagens comerciais entre os seus membros, como forma não só de incrementar exportações e importações, mas também de conter a imigração dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos. É o caso do Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta, área de livre comércio instituída entre EUA, Canadá e México, e da proposta da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Ao contrário dos *blocos econômicos*, não há a criação de normas de caráter supranacional, uma vez que há limitação na circulação dos fatores de produção, até mesmo porque seu principal objetivo é o de favorecer apenas as relações comerciais.

Os *blocos de produção* são sistemas produtivos que operam de forma concertada. O Estado mais forte economicamente é abastecido pelos produtos semi-acabados e suprimentos dos países vizinhos, reduzindo o custo final de seu próprio produto sem, entretanto, conceder preferências tarifárias para a entrada de produtos acabados ou aproximar sua economia à dos países periféricos. A expressão mais correta desse bloco foi apresentada na relação entre o Japão e os *Tigres Asiáticos*: o Japão estruturou uma rede de produção de diferentes níveis tecnológicos, em que os *Tigres Asiáticos* recebiam a transferência de tecnologia e fases da cadeia produtiva que passavam a ser consideradas não prioritárias à economia japonesa. É importante destacar que o Japão e os Tigres Asiáticos ganharam competitividade como conseqüência, entre outros fatores, do uso inteligente do sistema de propriedade intelectual, mediante imitação

e uso adaptativo de tecnologias produzidas em outros países, mas que não eram patenteáveis naqueles países³¹.

Atualmente, duas economias não diretamente vinculadas a qualquer bloco de integração têm chamado a atenção da Sociedade Internacional. Tratam-se da China e da Índia, destacando-se como pólos de atração de investimentos³², principalmente em tecnologia, devido a diversos fatores conjunturais: o custo muito mais baixo na instalação de unidades fabris, em comparação com o dos países desenvolvidos; a disponibilidade de pessoal altamente qualificado, especialmente na Índia, onde existe a vantagem suplementar idiomática (inglês); o fato dos dois países terem mercados grandes e dinâmicos; e adequada proteção da propriedade intelectual.

A China, segundo McGregor, citado por Nascimento³³, aplica a teoria dos dois sistemas em um só país, o denominado “capitalismo primário” ou, nos dizeres dos líderes chineses, “socialismo de mercado”, que procura implementar modificações em seu sistema econômico, no intuito de atrair capital estrangeiro, ao reduzir a corrupção e introduzir transparência, em especial no mercado de bens que é constantemente assaltado por escândalos. Além disso, há o desafio de conciliar os

³¹ Já para o Banco Mundial o sucesso asiático foi o resultado de políticas “fundamentais” corretas ao lado de políticas setoriais moderadas e não distorcionadoras. Um mix de tecnologias estrangeiras, desenvolvimento exportador, equilíbrios macroeconômicos e investimentos em educação teriam caracterizado as economias asiáticas. Estas características teriam prevalecido, a despeito de diferenças nacionais importantes.

³² Do ponto de vista dos investidores estrangeiros, as economias indiana e chinesa já são vistas como complementares. Trata-se de um arranjo recente no mercado global que beneficia a ambas. As transnacionais já produzem nos dois países, destinando à China as etapas relativas à indústria mais pesada e à Índia a produção de *softwares* e setores de serviço. Em 2005, três gigantes americanos na área de alta tecnologia - Microsoft, Intel e Cisco - anunciaram investimentos na Índia da ordem de 3,7 bilhões de dólares.

³³ Vide NASCIMENTO, Blenda. “O multilateralismo econômico e a acessão da China à OMC: abrindo a Grande Muralha”. In: _____. SILVA, Roberto Luiz; NASCIMENTO, Blenda (Org.). *A OMC e o regime jurídico do comércio internacional*. Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2006, p. 234-6.

diferentes objetivos das forças econômicas existentes: de um lado, os internacionalistas, a sua maior força econômica, possuindo negócios internacionalmente competitivos, que são o destino da maior parte dos investimentos estrangeiros, empregando a mão-de-obra mais qualificada e consistindo seus produtos basicamente em bens da indústria leve, como têxteis, roupas, brinquedos e processamento de alimentos, além de outros bens de consumo, totalmente a favor da abertura econômica; de outro, os nacionalistas, segunda maior força econômica, que controlam negócios, incluindo fazendas, que, apesar de não serem internacionalmente competitivos, dominam o mercado interno, sendo importantes em muitas indústrias pesadas (petroquímica, máquinas de alta tecnologia, aviões e produtores de automóveis) e em alguns setores agrícolas onde a China não é um produtor competitivo, como o trigo, com certa dificuldade em estabelecer parcerias com investimentos estrangeiros; e, ainda de outro, os localistas, pequenos produtores para mercados específicos, dentro do próprio país.

A Índia, por sua vez, ainda não confrontou a verdadeira globalização, em sua forma pura e dura, tanto porque liberaliza sua economia a passos contados, quanto porque permanece muito pouco inserida no comércio mundial, ao mesmo tempo que avança nessa via e já se fazem sentir os efeitos perversos dessa evolução, em termos de crescimento das desigualdades sociais e geográficas. As primeiras encontrarão talvez um início de solução na sistematização das políticas de discriminação positiva em favor das castas baixas. As segundas, mais difíceis de combater, causam o risco de reeditar as tensões regionalistas que o Estado – na base do federalismo e da redistribuição – estava conseguindo atenuar.

Dessa forma, como vimos, suas economias enfrentam problemas de ordem estrutural que ainda representam uma incógnita quanto a sustentabilidade de seu desenvolvimento.

3. Considerações Finais

O triunfo do capitalismo como princípio de organização mundial, o fortalecimento da hegemonia norte-americana em contraposição ao declínio russo, a ascensão da China, a crise econômica dos Tigres Asiáticos e países emergentes, a incerteza acerca dos limites do poder da União Européia e a conflituosa relação Norte-Sul são apenas alguns dos aspectos a serem destacados na nova ordem internacional. A partir desses fatos, elaboraram-se três teorias básicas que procuram explicar tais acontecimentos e seus desdobramentos: Liberal, Realista e Radical.

A Liberal é, por natureza, uma teoria otimista, vendo, a partir dos acontecimentos iniciados em 1989, o nascimento de um “novo mundo” que aponta na direção de melhores tempos para a sociedade internacional. Francis Fukuyama, um de seus principais expoentes, chega a preconizar o “fim da história”, não no sentido temporal, mas na vitória final dos valores liberais sobre os que lhes eram ideologicamente opostos. John Ikenberry expressa, ainda, uma enorme fé no papel das instituições internacionais, com destaque para a ONU, Otan, FMI, Banco Mundial e União Européia e, mesmo reconhecendo que elas refletem o interesse de alguns Estados-nação, afirma também servirem de elo entre os mais diferentes Estados que, levando-os não só a se relacionarem de forma similar com seus ex-inimigos, mas se conformarem a aplicar normas não conflituosas para a solução de seus litígios, contribuindo, dessa forma, para a paz internacional³⁴.

A Realista apresenta a sociedade internacional atual como sendo tão perigosa quanto era anteriormente, senão ainda pior. Tal visão pessimista tem por base o pensamento de Maquiavel e Hobbes, as lições da guerra fria e os acontecimentos mais recentes, como o colapso da ex-Iugoslávia e constante declínio de países, como os da África subsaariana. Dentro dessa visão, podemos destacar a visão de três teóricos. O primeiro, John Mearsheimer acredita que a guerra fria, ao contrário de ter tornado o mundo mais perigoso, tornou-o muito

³⁴ Vide FOX, Michael. International History since 1989. In: __ BAYLIS, John; SMITH, Steve. *The Globalization of world politics*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 114.

mais seguro, sendo que a Nova Ordem Internacional é bem menos estável, uma vez que a bipolaridade produziu estabilidade e ordem após a Segunda Guerra Mundial e o seu colapso apenas gerou novos problemas³⁵. Outro influente teórico é Samuel Huntington, que adverte que a sociedade internacional, em verdade, reflete o pensamento político da elite norte-americana que se reflete, inclusive, na tentativa dos Estados Unidos em encontrar e até mesmo “inventar” um novo e útil inimigo para que ele continue justificando a necessidade de sua hegemonia, mesmo num mundo pós-soviético³⁶. Por fim, temos Robert Kaplan, que apresenta uma visão ainda mais árida e caótica, em que a miséria, notadamente nos países da África ocidental, transforma, de forma intolerável, as condições de vida, contudo a forma como o Ocidente ignora tais acontecimentos é, em verdade, um risco para a estabilidade internacional³⁷.

Por fim, temos a teoria Radical, que, capitaneadas por Noam Chomsky e Robert Cox, apresenta soluções anticapitalistas a partir de uma visão própria do mundo atual. Chomsky afirma que as mudanças pós-1989, na sua essência, foram muito poucas: o mundo continua dividido entre estados ricos e poderosos, de um lado, e estados altamente dependentes do Terceiro Mundo³⁸, de outro. Longe de representar uma força benéfica, os Estados Unidos são um império cujo principal objetivo é manter o mundo “a salvo” para as empresas transnacionais

³⁵ *Op. cit.*, p. 115.

³⁶ *Op. cit.*, p. 115-116.

³⁷ *Op. cit.*, p. 116-117.

³⁸ Apesar de o termo “Terceiro Mundo” ter sido concebido, na década de 50, a partir da existência de dois outros “mundos” (um democrático e capitalista, outro intervencionista e comunista), e de, sob o ponto de vista de alguns analistas, ter perdido o sentido a partir do fim da bipolarização de poder, ainda costuma-se utilizá-lo para designar as nações que continuam alijadas dos benefícios da Nova Ordem Internacional. Para Marcos Kaplan, sob a qualificação de “Terceiro Mundo” agrupam-se uma vasta gama de países subdesenvolvidos e dependentes que comportam uma problemática específica, determinada, em última instância, pelo cruzamento das forças, estruturas e processos de dominação e exploração interna e pela dependência externa. *Vide* KAPLAN, Marcos. *Lo viejo y lo nuevo en el orden político mundial*. In: ___ CASTANEDA, Jorge et al. *Derecho económico internacional*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 35.

e, sob o manto de “intervenção humanitária”, o que temos, na verdade, é o velho imperialismo, apenas com uma nova roupagem ideológica³⁹. Cox completa tal quadro, afirmando que a denominada “Nova Ordem Internacional” está longe de ser estável: a incontrolável dinâmica de acumulação de capital, a desregulamentação financeira internacional, o crescimento no número de perdas econômicas e o próprio fim da guerra fria tornam a Sociedade Internacional insegura⁴⁰.

A par de se discutir qual dessas teorias reflete com mais precisão a Nova Ordem Internacional, algumas conclusões podem ser extraídas e perspectivas podem ser apresentadas.

A superação do modelo bipolar de confronto ideológico (Capitalismo x Socialismo) a partir do “triunfo” do capitalismo como sistema mundial, deve ser considerada como a principal característica da Nova Ordem Internacional, uma vez que o fim da “competição” entre os modelos econômicos não só transformou, para melhor ou para pior, a vida dos seres humanos, mas ainda varreu completamente qualquer indício de barreira à circulação de capitais nas operações de mercado.

O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização. Um volume crescente de capital acumulado passa a ser destinado à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros. Nos últimos quinze anos, o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isso significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação. Dessa forma, o setor financeiro passa a gozar de grande autonomia em relação aos Bancos Centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições

³⁹ Vide FOX, Michael. International History since 1989. In: __ BAYLIS, John; SMITH, Steve. The Globalization of world politics. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 117.

⁴⁰ *Op. cit.*, p. 118.

financeiras oficiais. O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global⁴¹.

A abertura da entrada de capitais gerou enormes poderes a organismos financeiros internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, responsáveis pela formulação de regras que coordenariam a passagem de estados de “economia planificada” para estados de “economia de mercado”, advogando um programa básico de mudanças a ser aplicado de forma semelhante, em qualquer Estado, o chamado “Consenso de Washington”.

Tal programa, a ser adotado pelos Estados que desejassem inserir-se, de forma competitiva, na Nova Ordem Internacional, apresenta um modelo de “reformas” que, necessariamente, devem incluir: privatização dos meios de produção, uma vez que o modelo “intervencionista” e “planificador” se mostrou insuficiente para sustentar o desenvolvimento desses Estados; desregulamentação de toda a atividade econômica e liberalização do comércio exterior, deixando a cargo das leis de “livre mercado” a condução das relações de consumo e concorrência; reforma tributária, que permitisse a extinção das restrições à entrada do capital estrangeiro, a universalização dos contribuintes e, conseqüentemente, o aumento dos impostos (afinal, com a saída do Estado como agente produtivo, outra forma de geração de receita deveria ser criada para substituir aquela gerada pelo setor produtivo estatal); e reforma administrativa, com o enxugamento da máquina estatal, controle orçamentário e estrita adesão a objetivos ortodoxos neoliberais.

⁴¹ Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano. O mais importante para o comércio internacional é a convergência de capitais, partindo disso a avidez de captação de investimentos, demonstrada na política de alta taxa de juros do Brasil. Mesmo assim, 3/4 do investimento internacional está aplicado nestes três blocos, União Européia, Nafta e Japão/Tigres Asiáticos, por terem um sistema de governo e política econômica mais estáveis.

Em conseqüência disso, fortalece-se o fenômeno da globalização da economia e a redefinição do papel do Estado, que se retira da atividade econômica direta, limitando-se às áreas de planejamento e assistência social. Esta, se entendida como um fenômeno tridimensional formado pela intensificação de fluxos diversos (econômicos, financeiros, comunicacionais, religiosos), pela perda de controle do Estado sobre esses fluxos e sobre outros atores da cena internacional e pela diminuição de distâncias espaciais e temporais, cria expectativas de inovações político-jurídicas. Com efeito, esse fenômeno conduz ao questionamento do princípio da soberania, organizador das relações entre Estados e, conseqüentemente, da manutenção da ordem pública internacional⁴².

A globalização gera, também, uma massificação do consumo entre os Estados da Sociedade Internacional. Isso fortalece ainda mais o poder das empresas transnacionais, já que o consumo uniforme facilita o acesso a mais pontos do mundo.

Mesmo assim, encontramos autores do porte de Paulo Roberto de Almeida⁴³ que destacam uma ampla evolução da sociedade internacional, exatamente em função do fenômeno da globalização. Segundo o autor, o aprofundamento das defasagens entre regiões e entre os estratos sociais já estava em curso no período anterior à aceleração da globalização e as desigualdades na distribuição de renda entre os países, que se acentuaram nas últimas décadas, foram mais devidos aos diferenciais de produtividade entre as economias do que o próprio movimento da globalização. Para ele, à medida que os países se afastam das estruturas uniformemente agrícolas de um passado não muito distante, a amplitude do leque entre as economias de serviços de “inteligência” – e, portanto de alta renda – e as simples economias agrícolas de subsistência ou de exportação de produtos primários tende

⁴² Vide http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/globalizacao_dh/dhglobal.html, consultado em 13 de agosto de 2008.

⁴³ Vide ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Globalização e seus benefícios: um contraponto ao pessimismo. In: ____. MENEZES, Wagner (Org.). *O Direito internacional e o direito brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 272-284.

naturalmente a aumentar, sendo estas últimas, no entanto, mais pobres hoje, não em virtude da globalização – que tende a mobilizar recursos e, portanto, a distribuir renda em escala planetária – mas, *a despeito dela*, mais precisamente, em virtude de deficiências de crescimento e na administração de suas políticas econômicas nacionais e setoriais (políticas agrícola, industrial, de ciência e tecnologia, etc.), que as levaram a marcar passo, quando não a regredir (como no caso da África), na luta pela competitividade do capitalismo global. Afirmo que a missão econômica da globalização foi a de produzir maior quantidade de bens a custos continuamente mais baixos e que tanto as taxas de pobreza quanto o número de pobres decresceram dramaticamente: o critério de um dólar por dia caiu de 20% em 1970 para apenas 5% em 1998 da população mundial, finalizando seu raciocínio com a afirmativa de que os únicos, talvez, a perderem absolutamente seriam os trabalhadores pouco qualificados dos países desenvolvidos e uma difusa classe média que sente que lhe serão retirados os benefícios do *welfare state*, sendo exatamente estes grupos que compõem o grosso da massa mobilizada pelos movimentos da antiglobalização: “velhos” sindicalistas e jovens de classe média.

Com todo respeito e admiração que temos ao querido colega Paulo Roberto de Almeida, Doutor em Ciências Sociais e conceituado diplomata, não podemos, nesse ponto, deixar de expressar nossa surpresa com posição tão liberal, com certeza mais liberal do que a do próprio Fukuyama. Tais assertivas mostram-se ingênuas e equivocadas. Por um lado transferem a responsabilização pelo fracasso dos países subdesenvolvidos em se inserir no processo de globalização por deficiências em suas políticas agrícolas, industriais e de ciência e tecnologia, como no caso dos países africanos. Por outro, baseiam-se em uma análise equivocada de dados, como o ocorrido com a “diminuição” do percentual populacional abaixo da linha de pobreza absoluta (1 dólar ao dia), olvidando-se que o poder de compra de 1 dólar (em 1970) era infinitamente superior ao registrado em 1998, em função, dentre outros fatores, da depreciação inflacionária da moeda entre tais períodos.

Verifica-se o fim do multilateralismo. O comércio realiza-se, principalmente, intrabloco (dentro da União Européia, do NAFTA, do Mercosul), havendo acirrado protecionismo interbloco, como demonstram os já inúmeros Painéis apresentados na Organização Mundial do Comércio – OMC e uma constante disputa pelo acesso a novos e emergentes mercados.

Está havendo um aumento expressivo no tráfico de entorpecentes, uma vez que novos investimentos de capitais são apresentados como forma de lavagem de dinheiro obtido pelo narcotráfico e tráfico de armas. Dessa forma, nos Estados mais desfavorecidos, cria-se uma forma de poder paralelo, financiado pelo tráfico de entorpecentes. A ex-URSS, desmembrada em vários Estados, e os países da antiga órbita soviética na Europa oriental enfrentam sérios problemas econômicos e sociais com a transição do capitalismo. No caso da Federação Russa, a economia é dominada por máfias que controlam negócios ilícitos como o contrabando de drogas e armas. Antigas áreas destinadas ao cultivo agropecuário passaram a interessar-se pelo cultivo de substâncias entorpecentes, destinadas ao abastecimento do mercado europeu e norte-americano, gerando não só uma “alternativa” econômica, mas também uma “classe social” que se beneficia de tais práticas, enfrentando e desestabilizando o poder político central e levando o país a sucessivas crises econômicas e descumprimento de metas acordadas com o FMI.

Os EUA firmam-se como a grande potência mundial, com grande força militar e econômica. Com base em seu peso político, nos principais organismos internacionais, como a ONU, FMI e Banco Mundial, influenciam políticas de intervenções em diversos países no mundo. Com a cobertura de decisões da ONU e da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), são realizadas incursões militares contra Estados cujas políticas são consideradas uma ameaça à paz e à segurança internacionais, como é o caso do Iraque (1991 e 2004), Afeganistão, Sudão (1998) e Iugoslávia (1999)⁴⁴. O poderio norte-

⁴⁴ Interesses ligados aos países avançados estão muitas vezes por trás de tais conflitos, que apresentam, também, um forte componente étnico-religioso. A nova

americano não elimina a intensa guerra comercial travada com os demais países desenvolvidos, em particular o Japão e a União Européia.

Propicia-se, por fim, o renascimento de ideais “Fundamentalistas” que, tendo inicialmente o Fundamentalismo Islâmico⁴⁵ como paradigma, rapidamente vai tomando outros contornos até que, atualmente, representa todo pensamento de cunho conservador que procura valorizar ideais sociopolítico-religiosos internos em detrimento de qualquer influência externa, tornando-se, rapidamente, uma nova opção político-ideológica “alternativa” ao capitalismo ou socialismo preexistentes.

A partir do momento em que os ataques terroristas alcançam uma escala transnacional, a “segurança global” passa a ser o principal tema em todas as esferas de discussão, sejam elas políticas, econômicas ou comerciais e, em casos como a decisão norte-americana de atacar o Iraque antes mesmo da aprovação do Conselho de Segurança da ONU, suplantam princípios jurídicos clássicos.

É nesse ambiente de padrões organizados de comportamento que se desenvolve a antinomia globalização e regionalismo dentro do cenário do “direito internacional moderno”⁴⁶ que, de forma

ordem, que elimina as diferenciações ideológicas presentes na Guerra Fria, vê ressurgir ou se aprofundar ódios entre povos que disputam uma mesma região. Conflitos levam à desagregação de diversas nações, que se dividem ou assistem ao crescimento de movimentos separatistas.

⁴⁵ O Islamismo foi fundado no ano de 622, na região da Arábia, atual Arábia Saudita. Seu fundador, o profeta Maomé, reuniu a base da fé islâmica num conjunto de versos conhecido como Corão – segundo ele, as escrituras lhe foram reveladas por Deus por intermédio do Anjo Gabriel. O seguidor do islamismo tem como algumas de suas obrigações “promover o bem e reprimir o mal”, evitar a usúria e o jogo e não consumir o álcool e a carne de porco. Um dos principais desafios do muçulmano é obter êxito na *jihad* , que, ao contrário do que muitos acreditam no Ocidente, não significa exatamente “guerra santa”, mas sim o esforço e a luta do muçulmano para agir corretamente e cumprir o caminho indicado por Deus. O fenômeno do fundamentalismo islâmico iniciou-se no norte da África, estendeu-se ao Oriente Médio, Ásia e, inclusive, em países ocidentais. Concomitantemente à coesão político-ideológica dos Estados muçulmanos, há uma maior desestabilização econômica, em decorrência do seu crescimento e fortalecimento.

⁴⁶ Autores como Jennie Hatfield-Lyon tem adotado esse termo para distingui-lo da concepção clássica de Direito Internacional. *Vide* HATFIELD-LYON, Jen-

interdisciplinar, passa a lidar não só com temas “clássicos”, mas volta-se também para a análise de assuntos específicos como comércio, relações diplomáticas, regras de guerra, fluxos migratórios e reciprocidade.

nie. The Historical Development of International Law. In: _____. DORN, Walter (Ed.). *World order for a new millennium*, p. 16.